

Um estudo sobre o reflexo no reconhecimento dos ativos intangíveis após a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi verificar se após a adoção das normas internacionais de contabilidade houve variação no reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço das empresas listadas na BM&FBovespa, verificando se o comportamento do reconhecimento dos intangíveis ocorreu de maneira uniforme entre os setores econômicos existentes. Para fins deste trabalho, dividiu-se os ativos intangíveis em dois grupos: os intangíveis identificáveis e os intangíveis não identificáveis (*goodwill*). Para a verificação da existência da variação do reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis e do *goodwill* utilizou-se da análise descritiva dos dados, e posteriormente, realizou-se o teste comparativo de média de *Wilcoxon*. A amostra foi composta por 10 setores representados em 213 empresas listadas na BM&FBovespa, em um período de 6 anos, compreendidos entre 2005 a 2007, (antes da adoção das IAS/IFRS) e de 2009 a 2011 (após adoção das IAS/IFRS). Os resultados encontrados indicaram que houve um maior reconhecimento dos intangíveis identificáveis em todos os setores estudados após a adoção das IAS/IFRS, com destaque para o setor de construção e transporte que teve um aumento de reconhecimento de 44.755%. Com relação ao *goodwill*, apenas o setor de bens industriais apresentou um aumento de reconhecimento estatisticamente significativo. E quanto aos ativos intangíveis totais 7 dos 10 setores estudados apresentaram aumento de reconhecimento. Os setores que não apresentaram aumento no reconhecimento dos intangíveis totais foram os de telefonia, petróleo, gás e biocombustíveis, e tecnologia da informação.

Palavras-chaves: Adoção; IAS/IFRS; Ativos intangíveis; Reconhecimento.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem buscado nos últimos anos a adequação das suas normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade. Segundo Santos *et al* (2011), pode-se considerar que o marco regulatório deste processo de convergência foi a Lei 11.638/07, a qual estabeleceu a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade.

Neste processo de adoção, ressalta-se a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que é uma entidade do direito privado criada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da resolução CFC nº 1.055/05. Esta entidade tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade em consonância com as IFRS ou IAS, que representam as normas internacionais emitidas pelo Comitê Internacional de Padrões Contábeis (IASB).

Deste modo, nos últimos anos, muitos pronunciamentos foram emitidos e alguns revisados. Dentre eles, destaca-se para este estudo o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) (correlação a IAS 38), que versa sobre os intangíveis, e o CPC 15 (R1) (correlação IFRS 3), que trata das combinações de negócios e dos princípios e exigências para o reconhecimento, mensuração e evidência dos ativos identificáveis adquiridos, dos

passivos assumidos e das participações societárias de não controladores na adquirida e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill* adquirido).

O processo de adoção às normas internacionais de contabilidade advindas do IASB é objeto de pesquisa de diversos estudos, tanto em âmbito nacional (Lemes e Silva, 2007; Souza, 2009; Martins e Paulo, 2010), quanto internacional (Whittington, 2005; Soderstrom e Sun, 2007). Os estudos realizados sob esta perspectiva proporcionam um maior conhecimento sobre a adoção das normas internacionais, o seu impacto sobre os usuários da informação contábil, e os seus reflexos sobre as contas patrimoniais e de resultado das empresas. A exemplo, destaca-se o estudo de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), os quais identificaram que na Europa, após a adoção das normas internacionais de contabilidade advindas do IASB, ocorreu um maior reconhecimento dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial das empresas

Contudo, é importante salientar que algumas empresas brasileiras, além de atenderem as normas técnicas de contabilidade fruto do processo de convergência, devem também atender a normas específicas do setor em que elas estão inseridas. Neste sentido, Costa *et al.* (2008) relatam em seus estudos que as empresas de capital aberto classificadas em determinados setores, além de sofrer a regulação contábil advindas da Lei 6.404/76 e das normas da CVM, também recebem outras demandas regulatórias devido a legislação específica. Em seus achados, os autores identificaram a existência de regulação contábil nos seguintes setores econômicos: energia elétrica, finanças e seguros, fundos, petróleo e gás, transportes, alimentos e bebidas, telecomunicações, águas e saúde, entre outros.

Diante do exposto, apresenta-se o seguinte questionamento direcionador deste estudo: **As empresas brasileiras pertencentes aos diversos setores econômicos existentes na BM&FBovespa apresentaram uma variação significativa no reconhecimento dos seus ativos intangíveis após a adoção das normas internacionais de contabilidade?**

Assim, este estudo objetiva verificar se após a adoção das normas internacionais de contabilidade houve variação no reconhecimento dos ativos intangíveis no balanço das empresas listadas na BM&FBovespa, verificando se o comportamento do reconhecimento dos intangíveis ocorreu de maneira uniforme entre os setores econômicos existentes.

A justificativa deste trabalho é respaldada na relevância que o grupo dos ativos intangíveis tem nas corporações, e conseqüentemente, na necessidade de reconhecimento dos mesmos. Schmidt e Santos (2003) retratam que diante do aumento da materialidade dos ativos intangíveis em relação à participação do patrimônio líquido das empresas, tornou imprescindível a verificação do tratamento dado a este item.

Ratificando esta afirmação, Lhaopadchan (2010) expõe que os ativos intangíveis e o *goodwill* são elementos que cada vez são mais importantes nos balanços consolidados publicados. Esta assertiva coaduna com outros estudos relacionados, tais como os de Hall (1992) e Nakamura (2003). Segundo esses autores, em mercados avançados, os ativos intangíveis identificáveis e o *goodwill* são importantes ativos estratégicos.

Nesta mesma vertente de pensamento, Chareonsuk e Chansa-ngavej (2010) afirmam que os ativos intangíveis são a chave estratégica para o desenvolvimento de longo prazo e perspectiva de lucro com sustentável vantagem competitiva. Por sua vez, Schultze e Weiler (2010) relatam que a informação contábil do ágio pode ser utilizada para medição do desempenho da gestão da entidade, principalmente para verificar se a gestão está atendendo aos objetivos da aquisição e preservando os interesses dos acionistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ativos Intangíveis e *Goodwill*

Hendriksen e Van Breda (1999) conceituam ativos intangíveis como ativos que carecem de substância. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preenchem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos. Outros autores, como Perez e Famá (2004), caracterizam os ativos intangíveis como ativos de natureza permanente, sem existência física e que, quando controlados e à disposição da entidade, sejam capazes de produzir benefícios futuros. Já o CPC 04 (R1) define ativo intangível simplesmente como ativo não monetário identificável sem substância física.

Enquanto o *Goodwill*, segundo Iudícibus e Marion (2000), é a diferença entre o valor da empresa e o valor de mercado dos Ativos e Passivos; Monobe (1986) define o *Goodwill* como sendo a diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de geração de lucros futuros, e o valor econômico de seus ativos, apresentando, portanto, uma característica residual.

Na opinião de Johnson e Petrone (1999), o *goodwill* pode ser visto a partir de duas perspectivas gerais: uma "perspectiva *top-down*" que vê o *goodwill* como um componente a maior não identificado do conjunto dos ativos adquiridos, ou uma "perspectiva *bottom-up*", que o vê como sendo a soma dos componentes que os compõem. Ambas as perspectivas são úteis para avaliar o que é *goodwill* ou o que ele representa no contexto de combinações de negócios.

Entretanto, para muitos, a definição do *goodwill* ainda não é clara. Neste sentido, Giuliani e Brannstrom (2011) realizaram um estudo nas demonstrações contábeis de companhias listadas nas bolsas de valores da Itália e da Suécia para identificarem como as empresas evidenciavam o *goodwill* adquirido em uma combinação de negócios. A primeira descoberta que emergiu a partir do estudo foi a evidência de que a abordagem *top-down* ainda é predominante, ou seja, o *goodwill* é ainda visto como um resíduo e, conseqüentemente, continua a ser uma "caixa preta". Deste ponto de vista, segundo os autores, é possível notar uma inércia da contabilidade, provavelmente isto é explicado pela relutância dos contadores em adotar práticas e ideias novas, a exemplo das advindas do processo de adoção às normas internacionais. A segunda descoberta do estudo foi que, quando a composição do *goodwill* é divulgada, três interpretações diferentes são encontradas: a) o *goodwill* é considerado como um elemento útil para representar sinergias; b) o *goodwill* é usado para representar um conjunto de intangíveis que ou não correspondem aos critérios da IAS / IFRS ou as empresas estão relutantes em considerá-los como ativos, apesar de eles serem reconhecidos como ativos; c) a

terceira interpretação é uma posição intermediária na qual o *goodwill* inclui sinergias e intangíveis.

2.2 Reconhecimento de Intangíveis

Os critérios para reconhecimento e mensuração de ativos intangíveis estão estabelecidos dentre os itens 18 à 67 do CPC 04 (R1). Por meio da leitura dos itens citados no referido pronunciamento, infere-se que um intangível deve ser reconhecido como ativo intangível apenas se: a) For provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade; e b) O custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Perez e Famá (2006) relatam que o Ativo Intangível só deve ser reconhecido como ativo, se ele preencher todos os requisitos necessários, tais como: a) corresponder à definição apropriada, b) for mensurável (existir um atributo de mensuração confiável), c) for relevante e d) for preciso (a informação precisa ser verificável e neutra). Deste modo, para que haja o reconhecimento do ativo intangível, este deve atender aos pré-requisitos estabelecidos.

O pronunciamento técnico CPC 04 (R1), no item 51, estabelece que por vezes é difícil avaliar se um intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento como ativo intangível devido às dificuldades para se identificar o seu custo e se há geração de benefícios econômicos futuros.

No entanto, segundo Lagioia (2012), por intermédio de uma combinação de negócios, os intangíveis gerados internamente pela entidade adquirida podem ser reconhecidos como ativos intangíveis pela entidade adquirente desde que ela (a adquirente) possa identificar, controlar e ter uma razoável segurança sobre a geração de benefícios econômicos futuros. Caso contrário, o intangível não poderá ser classificado como ativo intangível e será contabilizado como *goodwill* (ágio).

2.3 Divulgação de Intangíveis

Antes da introdução das normas internacionais de contabilidade no país, as divulgações sobre ativos intangíveis não seguiam nenhuma norma de divulgação. No entanto, atualmente, os ativos intangíveis devem ser divulgados conforme os itens 118 a 123 do pronunciamento técnico CPC 04 (R1). Dentre as várias informações apresentadas nestes itens, destaca-se a obrigação da divulgação concernente à vida útil dos ativos, taxas e métodos de amortização, valor contábil bruto e eventual amortização acumulada, conciliação do valor contábil no início e no final do período, assim como, informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Deste modo, percebe-se que há uma maior preocupação quanto a divulgação dos ativos intangíveis das entidades. No entanto, esta preocupação não é recente. Como previu Glautier e Underdown (1995), a contabilidade está em um momento de rápida transição. Seu ambiente passou por grandes mudanças nas últimas duas décadas, e um ritmo acelerado de mudanças ainda está na perspectiva de futuro. Assim, o ato da divulgação vem sendo fruto de diversos estudos.

Por exemplo, citam-se Gerpott, Thomas e Hoffmann (2008), estes pesquisadores revelaram que no relatório anual de empresas, da área de telecomunicações, os níveis da

qualidade de divulgação dos intangíveis eram relativamente baixos, divulgações do intangível foram muitas vezes limitadas a pequenas peças de informação qualitativa.

Ainda segundo os autores, a qualidade de divulgação dos intangíveis varia significativamente com a região de origem. As empresas européias de telecomunicações exibem níveis mais elevados de qualidade de informação sobre o intangível do que as empresas americanas.

2.4 Estudos Anteriores Relacionados ao Intangível

Na década de 1980, o mercado dos EUA foi dominado por ativos tangíveis que compunham cerca de 80% do valor das empresas no mercado. À medida que a economia do conhecimento ganhou dominância, o valor dos ativos tangíveis encolheu substancialmente e os ativos intangíveis tornaram-se cada vez mais importante, refletindo 80% do valor de mercado até o ano 2000 (SULLIVAN e SULLIVAN, 2000; LEV, 2001).

A significativa diferença entre o valor de mercado das empresas e o seu valor contábil convida a realização de amplas pesquisas sobre esta reserva oculta não contemplada nas demonstrações contábeis.

Chareonsuk e Chansa-ngavej (2010) em um estudo realizado na Tailândia com 304 gestores, constataram que o lucro financeiro por si só não pode garantir no longo prazo a sobrevivência das empresas. Para serem sustentáveis, as empresas precisam entender e ser capazes de gerenciar os seus ativos intangíveis, incluindo a aprendizagem e crescimento organizacional, processo interno e estrutura externa.

Sahut, Boulerne e Teulon (2011), em uma pesquisa com os ativos intangíveis de 1.855 empresas européias, analisaram o grau de relevância das informações contábeis evidenciadas pelo ágio e demais ativos intangíveis, durante a transição para os padrões internacionais. Um dos achados desta pesquisa demonstra que várias empresas têm reclassificado como *goodwill* os seus ativos intangíveis que não se encaixam com a definição dada pela IAS 38, bem como realizaram reavaliação dos ativos intangíveis. Outros achados desta pesquisa apontam que pequenas diferenças entre os países ainda persistem, assim como, forças de mercado poderiam influenciar na relevância de valor dos dados contábeis.

Estudo realizado por Carlin e Finchem (2010), em 124 grandes companhias da Austrália e Nova Zelândia listadas em bolsas de valores, identificou evidências consistentes de oportunismo na escolha das taxas de desconto na realização de testes de imparidade no *goodwill*. Os resultados sugerem a existência de um viés entre empresas australianas e da Nova Zelândia em direção à aplicação de taxas de desconto mais baixas do que o esperado. Isso é interpretado como evidência oportunista do exercício do poder discricionário para evitar perdas por imparidade indesejadas.

3 HIPÓTESES

O processo de adoção às Normas Internacionais de Contabilidade impacta nos procedimentos contábeis utilizados pelas empresas, que por consequência pode refletir nas informações patrimoniais das entidades. De forma a corroborar com esta assertiva, Silva, *et al* (2010) identificaram que os profissionais, das empresas de capital aberto do

setor de saneamento básico, têm a percepção de que a adoção das normas emitidas pelo IASB poderão causar impactos nos ativos intangíveis.

Assim, uma vez que o Brasil tornou-se signatário das normas internacionais de contabilidade, as empresas devem utilizar os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para o reconhecimento dos seus itens patrimoniais.

Deste modo, para que haja o reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis, deve-se atender aos ditames do CPC 04 (R1): identificação, controle e geração de benefícios futuros. Por outro lado, para os ativos intangíveis não identificáveis (*goodwill*), devem-se buscar os preceitos do CPC 15 (R1). Vale ressaltar que em uma combinação de negócios, reconhecem-se também os ativos identificáveis gerados internamente pela empresa adquirida.

Diante do exposto, infere-se que após a adoção das normas internacionais, tornaram-se mais rigorosos os critérios para o reconhecimento de valores dos ativos intangíveis, o que pode resultar em diminuição do reconhecimento deste ativo nos balanços das empresas. De forma inversa, o reconhecimento de valores do *goodwill* tenderia a aumentar, principalmente quando diante de uma combinação de negócios, devido ao fato, que em uma combinação quando os valores da transação forem maiores que o valor justo do ativo adquirido, e este excesso pago não atenderem aos critérios de identificação e reconhecimento de um ativo identificável ou de um passivo, estes serem reconhecidos como *goodwill* (Ágio por expectativa de rentabilidade futura).

Diante do exposto, foram elaboradas três hipóteses de pesquisa:

H₁ – A adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC 04) provocou uma diminuição nos valores do reconhecimento dos ativos intangíveis (INT) identificáveis nos setores econômicos estudados.

H₂ – A adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC 04 e CPC 15) provocou um aumento nos valores reconhecimento dos valores reconhecidos como *Goodwill* (GW) nos setores econômicos estudados.

H₃ – A transição para as normas internacionais não resultou em uma variação significativa nos valores dos intangíveis totais (INTOT) reconhecidos nos balanços patrimoniais das empresas dos setores econômicos estudados.

O INTOT é representado pela soma dos intangíveis identificáveis (INT) e do *goodwill* (GW).

4 METODOLOGIA

4.1 Coleta de Dados e Seleção de Grupo de Amostra para Teste das Hipóteses

A amostra foi composta pelas empresas de capital aberto do Brasil que tiveram suas ações negociadas na BM&FBovespa A, no período de 2005 a 2011. No entanto, para que a empresa fosse objeto de estudo ela teve que atender cumulativamente os seguintes pré-requisitos: 1) Ter publicado as suas demonstrações contábeis na BM&FBovespa durante os anos de 2005 a 2011 de forma ininterrupta; 2) Ter algum intangível reconhecido no balanço patrimonial publicado ao menos em um dos anos do período selecionado.

Com relação ao ponto 1, foram consideradas apenas as empresas que publicaram suas demonstrações uniformemente, ou seja, durante todos os anos de modo consolidado ou durante todos os anos de forma individual. As exceções foram relacionadas às empresas que durante o período estudado realizaram alguma combinação de negócios, adquirindo o controle de outra entidade e que, por este motivo, passaram a publicar as suas demonstrações de forma consolidada. Por esta razão, as empresas que perderam o controle de alguma entidade durante o período estudado, e que por isso publicaram as suas demonstrações contábeis de forma individual, também foram excluídas da amostra.

Assim, das 523 empresas que no ano de 2012 tinham as suas ações negociadas na BM&FBovespa, 213 foram selecionadas para o estudo. Na sequência, as 213 empresas foram segregadas por setores econômicos. Para tanto, utilizou-se a classificação setorial fornecida pela BM&FBovespa. O quadro 01 a seguir evidencia os setores estudados e a quantidade de empresas por setor.

Quadro 1 - Distribuição das empresas por setor econômico

Setor econômico	Sub-setores inclusos	Quantidade de empresas
Setor telefonia	Telefonia fixa e Telefonia Móvel	10
Setor utilidade pública	Água e saneamento, energia elétrica e gás	42
Setor de bens industriais	Comércio, Serviços, Máquinas e Equipamentos, Equipamentos elétricos; Material de Tranposte	13
Setor de construção e transporte	Construção e Engenharia, Transporte	22
Setor de consumo cíclico	Comércio, Hotéis e restaurantes, mídia, tecidos, vestuários e calçados, utilidades domésticas, viagens e lazer.	41
Setor de consumo não cíclico	Agropecuária, alimentos processados, bebidas, comércio e distribuição, fumo, produtos de uso pessoal e de limpeza e saúde	22
Setor financeiro e outros	Exploração de imóveis, holdings, intermediários financeiros, previdência e seguros, securitizadoras de recebíveis	28
Setor de material básico	Embalagens, Madeira e Papel, Materiais diversos, mineração, químicos e siderurgia e metalurgia	30
Setor de petróleo, gás e biocombustíveis	Petróleo, gás e biocombustíveis	2
Setor de tecnologia da informação	Computadores e Equipamentos e Programas e Serviços	3
Total de empresas		213

Fonte: BM&FBovespa, 2012

4.1.1 Definição de Período do Estudo

A adoção das normas internacionais de contabilidade foi iniciada por meio da Lei 11.638 de 2007, e com a adoção inicial prevista para o ano de 2008 para as empresas de capital aberto. Deste modo, para o teste das hipóteses citadas na seção 3 do presente artigo, foram estudados os períodos de 2005 a 2007 e 2009 a 2011.

A escolha destes períodos deve-se ao fato de que nos anos de 2005 a 2007 a contabilidade no Brasil ainda não seguia os padrões internacionais de contabilidade, enquanto durante o período de 2009 a 2011, as empresas já estavam obrigadas a seguir as normas de contabilidade advindas do International Accounting Standards Board – IASB.

O ano de 2008 foi retirado do estudo devido ao fato deste ter sido o primeiro ano após a adoção das normas internacionais, e muitas das empresas ainda não estavam totalmente adaptadas ao novo padrão proposto. A exemplo, nos balanços publicados pelas empresas no site da BM&FBovespa no ano de 2008, os balanços patrimoniais não tinham o grupo do intangível apresentado de forma analítica, o que fazia com que as

empresas não segregassem os intangíveis identificáveis do *goodwill*, o que por si só já impossibilitaria o teste das hipóteses.

4.1.2 Metodologia de Análise dos Dados

Inicialmente foi feita a análise descritiva dos dados, com a elaboração de um *ranking* em ordem decrescente dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis, *goodwill* e intangíveis totais. Posteriormente, foram testadas as hipóteses, por meio da realização do teste comparativo de médias. Com a finalidade de se averiguar qual seria o teste indicado para a amostra, aplicou-se o teste de normalidade dos dados de *Jarque Bera*. Por meio deste, constatou-se que a amostra era não normal, e por este motivo, optou-se por comparar as médias amostrais por meio do teste de *Wilcoxon*. O teste de *Wilcoxon* substitui o *t* de *Student* para dados não normalmente distribuídos (MORETTIN e BUSSAB, 2006)

O teste das hipóteses teve por finalidade comparar, por segmento econômico, se existem diferenças significativas na evidenciação dos intangíveis antes e após a adoção das normas internacionais. O nível de significância adotado para rejeição da hipótese formulada foi de 5%.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Análise Descritiva

Na primeira parte da análise, foi utilizada a estatística descritiva dos dados, que consistiu na classificação por ordem decrescente de evidenciação dos valores médios registrados como intangíveis identificáveis, *goodwill* e intangíveis totais, os quais podem ser visualizados nas tabelas 1, 2 e 3 a seguir.

Tabela 1 - Classificação dos valores médios dos intangíveis identificáveis

SETOR	Média BR GAAP Período 2005-2007 em R\$	Média IFRS Período 2009-2011 em R\$	% Crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis
Construção e transporte	1.764	789.486	44.755
Financeiro e outros	27.549	885.566	3.215
Utilidade pública	90.991	2.127.344	2.338
Tecnologia da informação	17.154	210.587	1.228
Petróleo, gás e biocombustíveis	2.426.662	28.129.406	1.159
Consumo não cíclico	55.271	624.839	1.131
Consumo cíclico	17.785	154.869	871
Telefonia	490.533	3.909.898	797
Bens industriais	4.452	22.052	495
Material básico	413.946	997.424	241

Os dados da tabela 1 evidenciam um expressivo crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis em todos os setores, sendo que o setor de Construção e Transporte aumentou em mais de 44 mil por cento. Os demais setores apresentaram aumento de valor reconhecido, contudo, não atingiram este patamar tão elevado. O setor que evidenciou o menor crescimento foi o Material Básico, com um incremento de 241 por cento no período analisado.

Tabela 2 - Classificação dos valores médios do goodwill

SETOR	Média BR GAAP Período 2005-2007 em R\$	Média IFRS Período 2009-2011 em R\$	% Crescimento dos valores médios reconhecidos como <i>goodwill</i>
Bens industriais	14.144	88.011	622
Financeiro e outros	12.715	75.559	594
Construção e Transporte	7.265	36.629	504
Material Básico	101.529	426.056	420
Telefonia	221.334	518.221	234
Consumo não cíclico	784.300	1.476.490	188
Petróleo, gás e biocombustíveis	550.494	523.375	95
Tecnologia da informação	24.889	19.331	78
Utilidade pública	96.475	35.427	37
Consumo cíclico	23.624	2.511	11

Em relação ao reconhecimento dos valores reconhecidos como *goodwill*, (ver tabela 2) verificou-se um crescimento em todos os setores pesquisados, com destaque para os de bens industriais (622%), financeiros e outros (594%) e construção e transporte (504%). Observa-se ainda através destes valores, que embora tenha sido registrado o aumento do reconhecimento do valor médio do *goodwill*, este não foi tão expressivo quanto o dos intangíveis identificáveis.

Tabela 3 - Classificação dos valores médios dos intangíveis totais

SETOR	Média BR GAAP - Período 2005-2007 em RS	Média IFRS - Período 2009-2011 em R\$	% Crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis totais
Construção e Transporte	9.029	826.114	9.150
Financeiro e outros	40.265	961.125	2.387
Utilidade Pública	187.467	2.145.887	1.145
Petróleo, gás e biocombustíveis	2.977.156	28.652.781	962
Telefonia	711.867	4.428.119	622
Bens Industriais	18.596	108.366	583
Tecnologia da informação	42.042	229.918	547
Consumo cíclico	41.265	157.380	381
Material Básico	515.476	1.412.398	274
Consumo Não Cíclico	839.571	2.101.329	250

A tabela 3 apresenta os valores médios reconhecidos como intangíveis totais, e relativos a estes valores, observaram-se que os três primeiros setores que apresentaram maior crescimento foram também os que tiveram maiores valores reconhecidos como intangíveis identificáveis: Construção e transporte, Financeiro e outros e Utilidade pública.

Entretanto, como os valores dos intangíveis totais decorrem do somatório dos intangíveis identificáveis e do *goodwill*, e tendo este último apresentado um menor crescimento, percebe-se que os valores médios dos intangíveis totais também sofreram este impacto.

5.2 Análise Inferencial com Testes de Média por Setor

A segunda parte da análise consistiu na análise inferencial dos dados e teste de hipótese. Aplicou-se o teste de médias de *Wilcoxon*, no sentido de verificar se a adoção das IFRS provocou uma variação significativa no reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis, *goodwill* e no intangível total. A análise foi realizada considerando um nível de significância de 5%. Os resultados estão evidenciados na tabela 4.

Tabela 4 - Evidenciação dos intangíveis por setor antes e após as IFRS

SETOR TELEFONIA	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	490.533	156.329	551.053	3.909.898	1.934.665	5.262.558	138.414	0,639
GW	221.334	0	356.127	518.221	58.731	1.873.497	140.055	0,673
INTTOT	711.867	265.272	735.599	4.428.119	2.026.674	6.484.447	138.772	0,58
SETOR UTILIDADE PÚBLICA	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	90.991	32.460	158.679	2.127.344	1.526.897	2.942.418	183.637	0,000
GW	96.475	0	367.889	35.427	0	363.319	215.272	0,281
INTTOT	187.467	53.339	385.108	2.145.887	1.514.966	2.973.745	186.409	0,000
SETOR DE BENS INDUSTRIAIS	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	4.452	0	14.682	22.052	11.844	30.072	245	0,000
GW	14.144	0	60.387	88.011	0	191.810	612	0,041
INTTOT	18.596	192	61.098	108.366	9.080	194.528	360	0,000
SETOR DE CONSTRUÇÃO TRANSPORTE	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	1.764	0	7.614	789.486	20.495	1.617.359	414	0,000
GW	7.265	0	22.551	36.629	0	120.410	2.476	0,062
INTTOT	9.029	0	23.648	826.114	25.205	1.617.540	770	0,000
SETOR DE CONSUMO CÍCLICO	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	17.785	0	66.705	154.869	5.664	453.595	3.321	0,000
GW	23.624	0	173.025	2.511	0	13.750	7.815	0,231
INTTOT	41.265	2	186.640	157.380	5.664	453.253	3.841	0,000
SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICO	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	55.271	0	179.284	624.839	22.002	1.206.975	818	0,000
GW	784.300	0	3.482.065	1.476.490	0	4.269.150	2.060	0,475
INTTOT	839.571	147	3.500.444	2.101.329	34.571	4.750.413	1.129	0,000
SETOR FINANCEIRO E OUTROS	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	27.549	0	241.713	885.566	1.259	2.640.032	873	0,000
GW	12.715	0	93.236	75.559	0	416.839	3.770	0,110
INTTOT	40.265	0	257.700	961.125	1.328	3.001.649	1.391	0,000
SETOR DE MATERIAL BÁSICO	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	413.946	0	1.776.543	997.424	7.443	3.127.318	1.866	0,000
GW	101.529	0	266.291	426.056	0	1.804.023	3.896	0,550
INTTOT	515.476	0	1.772.863	1.412.398	11.920	3.612.789	2.540	0,000
SETOR DE PET. / GAS E BIOCOMB.	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	2.426.662	2.209.188	2.681.801	28.129.406	3.404.270	41.026.292	18	1,000
GW	550.494	244.584	712.122	523.375	452.968	588.176	19	1,000
INTTOT	2.977.156	2.549.296	3.334.095	28.652.781	4.046.876	41.373.500	18	1,000
SETOR DE TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	BR GAAP - Período 2005-2007			IFRS- Período 2009-2011			Teste Wilcoxon	
	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Média	Mediana	Desvio-Padrão	teste Z	P-valor
INT	17.154	0	50.437	210.587	37.973	278.509	18	0,042
GW	24.889	0	60.851	19.331	0	38.479	48	0,494
INTTOT	42.042	7.584	73.204	229.918	115.309	267.334	25	0,177

Os dados da tabela 04 evidenciam o comportamento das 213 empresas divididas pelos 10 setores econômicos. Em uma primeira análise, a partir da mediana, pode-se

observar que a maioria das empresas de 7 dos 10 setores estudados não reconhecia ativos intangíveis identificáveis (INT) no período antes da adoção das IFRS, sendo que esta situação se modificou significativamente no período pós-adoção das IFRS. Este é o caso dos setores de bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros, material básico, (todos com p valor = 0,000) e tecnologia da informação (com p valor = 0,042).

Os únicos setores que mostraram comportamento distinto foram os relacionados à telefonia (com p valor = 0,639), utilidade pública (0,000), e petróleo, gás e biocombustível (com p valor = 1,000). Este resultado evidencia que, muito embora estes dois setores tenham empresas que estão sujeitas ao mesmo tratamento contábil daquelas pertencentes ao setor de utilidade pública (todas são regidas pela ICPC 01, que trata de concessões) elas apresentaram comportamentos distintos, fazendo-se necessário estudo complementar para investigar esse fato.

A análise destes dados leva a **rejeitar a Hipótese 1** para os setores de utilidade pública, bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros, material básico e tecnologia da informação, pois como se pode perceber, **a adoção das normas internacionais provocou um aumento do reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis** (variável INT) para estes setores econômicos. A rejeição da Hipótese 1 nestes setores vai de encontro ao anteriormente concebido, pois esperava-se que após a adoção das normas internacionais, tornar-se-iam mais rigorosos os fatores que levariam ao reconhecimento destes intangíveis, sendo que tal fato não se comprovou na prática.

Este resultado, contudo, assemelha-se ao encontrado no estudo de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), que em seus estudos, com uma amostra formada por 1.855 empresas listadas nas Bolsas de Valores da Europa, os autores concluíram que após a adoção do padrão IFRS na Europa houve um aumento no reconhecimento dos ativos intangíveis identificados.

No que se refere ao reconhecimento do *goodwill* (GW), observou-se um comportamento contrário ao do intangível (INT). Para 9 dos 10 setores pesquisados, verificou-se que apesar de ter havido um aumento de valores reconhecidos como *goodwill*, não se pode afirmar que foi um aumento estatisticamente significativo. O único setor que evidenciou comportamento divergente foi o de bens industriais (p -valor = 0,041).

Dessa forma, rejeita-se parcialmente a segunda hipótese, tendo em vista que apenas o setor de bens industriais apresentou aumento estatisticamente significativo no reconhecimento do *goodwill*. No entanto, este resultado também vai de encontro ao concebido inicialmente, pois se esperava que com a adoção das normas internacionais fosse provocado um maior reconhecimento deste ativo, fato este não comprovado nos dados analisados. Contudo, o resultado encontrado, vai de encontro às comprovações de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), os quais comprovaram um aumento significativo do reconhecimento do *goodwill* nas empresas da Europa após adoção das normas internacionais.

Em relação ao reconhecimento dos intangíveis totais (INTOT), foi observado que para os setores de utilidade pública, bens industriais, construção e transporte, consumo

cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros e material básico, houve um maior reconhecimento dos ativos intangíveis totais (todos com o valor = 0,000).

Por outro lado, os setores de telefonia (0,58), petróleo, gás e biocombustíveis (1,00), e tecnologia da informação (0,177) não apresentaram comportamento semelhante. Pois, apesar de haver o aumento da média de reconhecimento dos intangíveis totais após a adoção, estes não foram considerados estatisticamente significativos.

Por este motivo, rejeita-se parcialmente a hipótese 3 ao se afirmar que **após a adoção das normas internacionais houve um incremento de reconhecimento dos valores relacionados aos ativos intangíveis totais para 7 dos 10 setores pesquisados.**

Ressalta-se ainda que esta afirmação deva ser analisada com certos critérios, haja vista que o fator que provocou este aumento de reconhecimento foi os intangíveis identificáveis, e não o *goodwill*. Os resultados desta pesquisa, contudo, corroboram as comprovações de Sahut, Boulerne e Teulon (2011), os quais verificaram um aumento significativo do reconhecimento dos intangíveis totais.

6 CONCLUSÃO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A análise descritiva dos dados evidenciou um expressivo crescimento dos valores médios reconhecidos como intangíveis identificáveis em todos os setores, com destaque para o de Construção e Transporte, cujos valores reconhecidos como intangíveis aumentaram em mais de 44 mil por cento após adoção das normas. Em relação ao reconhecimento dos valores reconhecidos como *goodwill* verificou-se um crescimento em todos os setores pesquisados, sendo que este crescimento não foi tão expressivo quanto o dos intangíveis identificáveis. Em relação aos intangíveis totais, observou-se um incremento nos valores reconhecidos, que é justificado pelo crescimento já citado dos intangíveis identificáveis, visto que estes compõem a soma que resulta nos intangíveis totais juntamente com o *goodwill*, este último, porém, não teve um aumento expressivo de um período para o outro, portanto, não colaborou significativamente com o aumento dos intangíveis totais.

Na análise inferencial, foram testadas três hipóteses de pesquisa. A Hipótese 1 foi rejeitada, pois verificou-se que a adoção das normas internacionais provocou um aumento do reconhecimento dos intangíveis identificáveis (variável INT) para os setores econômicos pesquisados. A rejeição da Hipótese 1 nestes setores vai de encontro ao anteriormente concebido, pois esperava-se que após a adoção das normas internacionais, tornar-se-iam mais rigorosos os fatores que levariam ao reconhecimento destes intangíveis, sendo que tal fato não se comprovou na prática.

Já a Hipótese 2 foi rejeitada parcialmente, pois a adoção das normas internacionais não provocou um aumento do reconhecimento do *goodwill* em 9 dos 10 setores estudados, dos quais apenas o setor de bens industriais apresentou um aumento de reconhecimento estatisticamente significativo. Este resultado também vai de encontro ao concebido inicialmente, haja vista que se esperava que a adoção das normas internacionais provocaria um maior reconhecimento deste ativo, fato este não comprovado nos dados analisados.

A Hipótese 3 foi rejeitada parcialmente, pois apenas os setores de telefonia, petróleo, gás e biocombustíveis, e tecnologia da informação não apresentaram aumento

no reconhecimento dos ativos intangíveis totais. No entanto, salienta-se que o fator que provocou este aumento de reconhecimento foram os intangíveis identificáveis, e não o *goodwill*.

Entretanto, é importante salientar que este trabalho se restringiu a analisar os valores dos intangíveis reconhecidos nos balanços patrimoniais das empresas listadas na bolsa de BM&FBovespa. Deste modo, as conclusões realizadas têm a limitação de não terem levado em consideração outros aspectos que podem interferir na criação desses ativos, por exemplo, as circunstâncias econômicas nos dois períodos estudados.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 15 Abr. 2012.

_____, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) – Ativo Intangível**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 15 Abr. 2012.

CARLIN, Tyrone M.; FINCH, Nigel.: Evidence on IFRS *goodwill* impairment testing by Australian and New Zealand firms. **Managerial Finance**. V. 36. n. 9, p.785-798, 2010.

CHAREONSUK, Chaichan.; CHANSA-NGAVEJ, Chuvej. Intangible asset management framework: an empirical evidence. **Industrial Management & Data Systems**. v. 110, n. 7, p.1094-1112, 2010.

GIULIANI, Marco.; BRANNSTROM, Daniel. Defining *goodwill*: a practice perspective. **Journal of Financial reporting & Accounting**. V. 9, n. 2, p.161-175, 2011.

GERPOTT, Torsten J.; THOMAS, Sandra E.; HOFFMANN, Alexander P. Intangible asset disclosure in the telecommunications industry. **Journal of Intellectual Capital**. V. 9, n. 1, p.37-61, 2008.

GLAUTIER, M. W. E; UNDERDOWN, B. **Accounting Theory and Practice**. 5ª ed., London: Pitman Publishing, 1995.

HALL, R. The strategic analysis of intangible resources. **Strategic Management Journal**, Vol. 13, pp. 135-44,1992.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de.; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. Atlas, São Paulo, 2000.

JOHNSON, L. T.; PETRONE, Kimberley R.: Commentary: Is *Goodwill* an Asset?. **Accounting Horizons**, vol. 12, N. 3, 1998.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Pronunciamentos Contábeis na Prática**. Atlas, São Paulo, 2012.

LEMES, S.; SILVA, M. G. A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista & Revista**, v.18, n.3, p. 37-58, jul./set. 2007.

LHAOPADCHAN, Suntharee. Fair value accounting and intangible assets: *Goodwill* impairment and managerial choice. **Journal of Financial Regulation and Compliance**. V. 18. n. 2, p.120-130, 2010.

LEV, B. **Intangibles – Management, Measurement, and Reporting**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

- MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo a Adoção as IFRS na Análise de Desempenho das Companhias de Capital Aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**. v. 4, n. 9, p. 30-54, mai-ago 2010.
- MONOBE, Massanori. **Contribuição à Mensuração e Contabilização do Goodwill Adquirido**. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1986.
- MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- NAKAMURA, L. A trillion dollars a year in intangible investment and the new economy. In: HAND, J.; LEV, B. (Org). **Intangible Assets**. New York: Oxford University Press, 2003, pp. 469-85.
- PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa. In: ENANPAD, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.
- PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n.40, p. 7-24, jan./abr. 2006.
- SAHUT, Jean-Michel.; BOULERNE, Sandrine.; TEOLON, Frédéric. Do IFRS provide better information about intangibles in Europe?. **Review of Accounting and Finance**. Vol. 10 Iss: 3 pp. 267 – 290, 2011.
- SANTOS, Luis P. G.; LIMA, Gerlando A. S. F.; FREITAS, Sheizi C.; LIMA, Iran S. Efeito da Lei 11.638/07 sobre conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**. V. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.
- SOUZA, R. G. **Normas Internacionais de Contabilidade: percepção dos profissionais quanto às barreiras para a sua adoção no Brasil.**, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado/RS: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t01.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2013.
- SCHULTZE, Wolfgang.; WEILER, Andreas. *Goodwill* accounting and performance measurement. **Finance managerial**. V. 36, n. 9, p.768-784, 2010.
- SILVA, Pedro Claudio; WEFFORT, Elionor Farah Jreige, PETERS, Marcos Reinaldo Severino; CIA, Joanília Neide de Sales. **Impacto da Adoção das IFRS nas Empresas Brasileiras de Saneamento: a Percepção dos Profissionais do Setor**. Revista Contabilidade Vista & Revista. V. 21, n. 2, p. 69-94, abr./jun. 2010.
- SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, vol. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.
- SULLIVAN, P. H. Jr.; SULLIVAN, P. H. Valuing intangibles companies – An intellectual capital approach. **Journal of Intellectual Capital**. V.1(4), p. 328-340, 2000.
- WHITTINGTON, G. The adoption of international accounting standards in the European Union. **European Accounting Review**, vol. 44, n. 1, p. 127-153, 2005.